

Curso de Resolução de Questões – Questões Trabalhadas

PROCESSO PENAL

(CESPE - 2017 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto) Cláudio, maior e capaz, residente e domiciliado em Goiânia – GO, praticou determinado crime, para o qual é prevista ação penal privada, em Anápolis – GO. A vítima do crime, Artur, maior e capaz, é residente e domiciliada em Mineiros – GO. Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto no Código de Processo Penal, o foro competente para processar e julgar eventual ação privada proposta por Artur contra Cláudio será

- A) Anápolis – GO ou Goiânia – GO.
- B) Goiânia – GO ou Mineiros – GO.
- C) Goiânia – GO, exclusivamente.
- D) Anápolis – GO, exclusivamente.
- E) Mineiros – GO, exclusivamente.

GABARITO A.

Falamos na nossa aula sobre o foro de eleição do art. 73 do CPP: “Nos casos de **exclusiva ação privada**, o querelante **poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu**, ainda quando **conhecido o lugar da infração**”.

DIREITO PENAL

(2015 - FUNIVERSA - PC-DF - Delegado de Polícia) Assinale a alternativa correta acerca do concurso de pessoas.

- A) De acordo com a teoria pluralística, há um crime para os autores, que realizam a conduta típica emoldurada no ordenamento positivo, e outro crime para os partícipes, que desenvolvem uma atividade secundária.
- B) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não tenha sido tentado.
- C) O CP adotou, como regra, a teoria dualística.
- D) Segundo a teoria monista ou unitária, a cada participante corresponde uma conduta própria, um elemento psicológico próprio e um resultado igualmente particular.
- E) São requisitos do concurso de pessoas a pluralidade de participantes e de condutas, a relevância causal de cada conduta, o vínculo subjetivo entre os participantes e a identidade de infração penal.

GABARITO E

Conforme revisamos em sala, são requisitos:

- **Pluralidade de condutas:** **pelo menos duas pessoas**, ocorrendo **mais de uma conduta** penalmente relevante.

- **Relevância causal das condutas:** é preciso que as condutas tenham **relevância causal em relação ao resultado**.
- **Liame subjetivo:** deve existir um **vínculo psicológico** entre os agentes, isto é, devem estar reunidos na consecução do resultado.
- **Identidade de crime:** é preciso que haja o reconhecimento da prática da mesma infração para todos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

(2019 - Instituto Acesso - PC-ES - Delegado de Polícia) João Pedro foi abordado por policiais militares que faziam ronda próximo a uma Universidade particular. Ao perceberem a atitude suspeita de João, os policiais resolveram proceder a revista pessoal e identificaram que João portava um cigarro de maconha para consumo pessoal. Nessa situação hipotética, a expressão “não se imporá prisão em flagrante”, descrita no art. 48 da lei 11.343/06, significa que é vedado a autoridade policial:

- A) Efetuar a condução coercitiva até a delegacia de polícia.
- B) Efetuar a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- C) Lavrar o termo circunstanciado.
- D) Apreender o objeto de crime.
- E) Realizar a captura do agente.

GABARITO B

Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, **não se imporá prisão em flagrante**, devendo o autor do fato ser **imediatamente encaminhado ao juízo competente** ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, **lavrando-se termo circunstanciado** e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

Foco!